

RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.007 - CE (2014/0163908-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : LUCIANO CAVALCANTE ADMINISTRADORA DE IMOVEIS S/C
LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ FELICIANO DE CARVALHO JUNIOR E OUTRO(S) -
CE004100
RAFAEL FLORÊNCIO RAMALHO BATISTA - CE017334
RECORRIDO : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA
- INFRAERO
ADVOGADO : JOILSON LUIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - CE011277

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por LUCIANO CAVALCANTE ADMINISTRADORA DE IMOVEIS S/C LTDA contra v. acórdão do Eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE PERÍCIA CONTÁBIL REALIZADA EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO ACOLHIMENTO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO.

- 1. Hipótese em que a decisão impugnada negou provimento aos embargos de declaração opostos pela agravante, considerando ser desnecessário que o órgão pericial prestasse esclarecimentos a respeito do trabalho prestado.*
- 2. A providência requerida pela parte é dispensável, porquanto a perícia realizada no feito já trouxe todos os elementos necessários à liquidação, não tendo a agravada, saliente-se, apontado qualquer contrariedade ao trabalho realizado pelo expert.*
- 3. De fato, o Juiz monocrático, melhor conhecedor da questão discutida nos autos da Ação Ordinária epígrafada, é quem deve sopesar a necessidade e utilidade das provas e esclarecimentos requeridos pela partes, o que consubstancia, saliente-se, o princípio do livre convencimento do magistrado.*
- 4. Agravo de instrumento improvido." (fl. 306)*

É o relatório.

Debate-se nos autos a correta aferição de crédito exequendo, cujo cálculo deveria considerar, segundo a recorrente, o resultado de ação que rescindiu contrato administrativo (exprolação de estacionamento em terminal aeroportuário), garantindo à

Superior Tribunal de Justiça

insurgente direito à indenização pelo reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

Assim, nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ desta eg. Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em razão da natureza da relação jurídica litigiosa que, no presente caso, indica a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção, conforme orientação do RISTJ, art. 9º, X e XIV.

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator